

Lourenço radicaliza e Covas compra a briga

PFL ameaça realizar Constituinte paralela e PMDB não abre mão da 1ª vice-presidência

O líder do PFL, José Lourenço, está inclinado a realizar uma Constituinte paralela, com apoio de segmentos da sociedade, por estar convencido de que o PMDB pretende aprovar uma Constituição de esquerda. Por este motivo é que o PMDB, na visão do PFL, está procurando assumir o controle total da Constituinte, rompendo o acordo em torno da 1ª vice-presidência da assembleia.

CORAGEM

José Lourenço afirmou ontem, após reunir-se com seus vice-líderes, que não conversará mais com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), sobre a eleição da Mesa.

O PMDB, a seu ver, está cometendo um grave erro rompendo o acordo entre o presi-

dente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e o PFL, que terá graves implicações.

"Nós sempre respeitamos os acordos. Eles querem ficar com o presidente e o 1º vice-presidente e os principais cargos nas comissões. Então que fiquem com tudo e assumam a responsabilidade pelo que acontecer. Aliás, a Arena já fez isto no passado", observou José Lourenço.

Na reunião fechada no gabinete de José Lourenço, os vice-líderes do PFL chegaram à conclusão de que o grupo mais sectário do PMDB armou um esquema para dominar a Constituinte em todas as áreas. Por isto não quer dar para o PFL nem a presidência nem o cargo de relator nas principais comissões. A única exceção seria o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para a presidência da Comissão de Sistematização.

O PFL decidiu não aceitar essa imposição, por considerar que o objetivo do PMDB é controlar toda a Constituinte. Aceitar as imposições seria deixar o PFL em condições humilhantes, de submissão total. O PMDB, o grupo de esquerda com os marxistas de outros partidos, quer o domínio das comissões e da Mesa para poder manobrar em favor de uma Constituinte de esquerda. A reação do

PFL será fazer reuniões paralelas, no auditório Nereu Ramos, da Câmara, com a participação de representantes da sociedade.

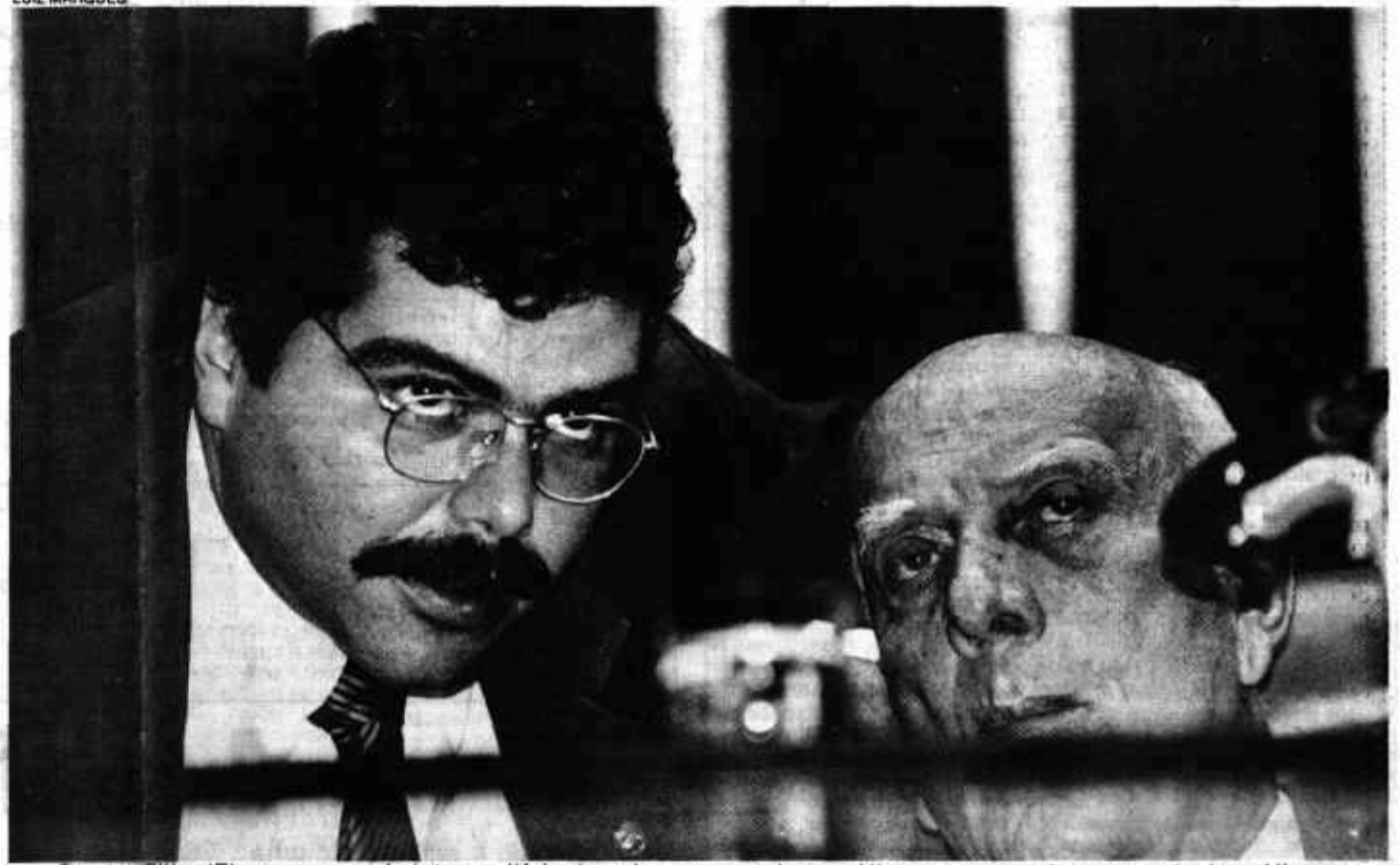
O espírito do PFL foi dado pelo líder José Lourenço ao sair da reunião com seus vice-líderes:

— Vou para a briga. E melhor brigar agora do que depois ter de me suicidar, afirmou.

MANOBRAS

Os líderes Mário Covas e José Lourenço procuraram ontem o líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), para solicitar-lhe apoio. Covas disse que estava disposto a examinar qualquer reivindicação do PDS, mas Amaral recusou que estava satisfeito com a 3ª secretaria e com a participação de 7 por cento — percentual de parlamentares do partido na Constituinte — nas comissões. Covas prometeu atendê-lo.

Lourenço foi mais infeliz. Ele queria o apoio do PDS para a reação contra o domínio da Mesa da Constituinte pelo PMDB, mas Amaral Netto recusou. Não há interesse do PDS em hostilizar o PMDB ou o PFL. Ou, dito de outra forma, para apoiar um contra o outro. As reivindicações do PDS foram atendidas pelo PMDB e, por isto, os pedetistas participaram da eleição da Mesa.



Sarney Filho (E) nega que seja intermediário do pai, mas negocia com Ulysses um acordo que mantenha a Aliança

Rompimento não preocupa

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, afirmou ontem que a tendência predominante na bancada é a aplicação do critério de proporcionalidade na distribuição dos cargos na Assembleia, o que significa que seu partido não pode abrir mão do direito que tem de ocupar a 1ª vice-presidência, da mesa-diretora.

Covas disse não acreditar que o PFL chegue ao rompimento da Aliança Democrática se o PMDB não recuar da posição de conservar a 1ª vice-presidência da Constituinte. Contestou que o PMDB esteja destituindo o deputado Ulysses Guimarães da presidência do partido, dizendo que respeita o atual presidente como um grande filonomeiro. "O PMDB não recebe lição de ninguém", acentou Mário Covas.

O líder do PMDB na Constituinte disse que não existe nada decidido quanto à indicação do senador Severo Gomes para presidente ou relator da comissão que vai redigir o importante capítulo da ordem econômica e social, comentando a declaração do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, para quem o PMDB não poderá fazer indicação tão importante sem consultar o partido.

— Não há nada decidido a esse respeito, mas se ele pensa que, com essa declaração, in-

viabilizará o Severo Gomes está muito enganado, disse.

Mário Covas afirmou que o PMDB está ainda examinando internamente as indicações que terá de fazer. Revelou que, nos termos dos cálculos efetuados pela Secretaria Geral da Constituinte, existem, agora, a Comissão de Sistematização, 32 lugares, cabendo ao PMDB, pelo critério da proporcionalidade, 18 desse total.

Em seguida, lembrou que, se o líder do PFL acha que tem o direito de discutir no mérito as indicações que fará o PMDB para os diferentes lugares que lhe caberão na Constituinte, seu partido teria também o direito de apreciar criticamente as indicações do PFL.

Covas lembrou que, na véspera de sua eleição para líder do PMDB na Constituinte — que aconteceu quarta-feira da semana passada — o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o vice-líder na Câmara, Miro Teixeira, procuraram o líder do PFL na Câmara, para lhe informar que, segundo sentimento predominante na bancada, a 1ª vice-presidência na Constituinte deve caber ao PMDB.

— Se o líder José Lourenço sustenta que seu partido entende como seu o cargo de 1ª vice-presidente, o PMDB sustenta o mesmo e baseado no critério da

proporcionalidade, que foi inscrito no Regimento Interno aprovado pela Constituinte, disse Covas.

Diante da observação de um repórter de que Lourenço argumenta que foi feito um acordo com o PFL com Ulysses Guimarães e que, agora, o PMDB destitui seu presidente quando se recusa a cumprir o entendimento, Covas disse que o presidente do PMDB nunca lhe falou a respeito desse acordo.

O líder do PMDB na Constituinte informou que vai colocar um vice-líder junto a cada subcomissão, que pretende escolher um vice-líder na Câmara para cada grupo de dez deputados e que terá cinco senadores e seu colega de vice-líderes.

O líder na Constituinte aproveitou a oportunidade para apresentar os dois primeiros vice-líderes por ele escolhidos — os deputados Euclides Scalco e Paulo Macarini — respectivamente do Paraná e de Santa Catarina.

Covas mostrou-se surpreso com a ameaça do líder do PFL de seu partido não participar dos trabalhos da Constituinte. "Acho que todos nós fomos eleitos para fazer uma Constituinte. De minha parte, não posso julgar como os parlamentares do PFL vão exercer os seus mandatos de constituintes".

Severo vai relatar Ordem Econômica

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, declarou ontem que se a Comissão da Ordem Econômica couber ao seu partido, "certamente não será o Partido da Frente Liberal e nem ninguém que irá impor vetos às indicações para o cargo de relator". Essa foi a reação do senador Covas ao ser informado que o PFL não concordava com a possível indicação do senador Severo Gomes (PMDB-SP) para aquele cargo.

Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, rebateu as ameaças de Covas, afirmando que o seu partido não está preocupado em discutir assuntos considerados como de "varejo". "Precisamos — frisou o líder do PFL — chegar a um acordo em torno de temas mais urgentes, como, por exemplo, a composição da mesa da Constituinte".

Chiarelli assegurou também que o PFL não pretende atuar durante os trabalhos da elaboração da nova Carta utilizando, a priori, o princípio do veto. Disse que se a Comissão da Ordem Econômica couber ao PMDB, o partido escolherá seu representante. "Não vamos vetar esse ou aquele constituinte".

Aumenta a disputa pela Ordem Social

O senador Teotônio Vilela (PMDB-AL), filho do ex-senador Teotônio, o "Menestrel das Alagoas", pretende ser o presidente ou relator da importante Comissão da Ordem Social. Esta é uma das comissões que está atraindo os peemedebistas considerados progressistas, mas do senador Teotônio Vilela Filho a referência política maior que se tem é a de seu pai. E um empresário e ainda não teve uma atuação de destaque na Constituinte.

Através de três subcomissões, serão discutidos dentro da Ordem Social os direitos dos trabalhadores e servidores públicos, como também a questão da saúde, do meio ambiente, a problemática das populações indígenas, dos negros e das minorias. Até agora, nenhum dos partidos definiu quais serão os seus representantes nas comissões, há apenas indicações, principalmente porque qualquer definição passa pela negociação que está sendo feita entre o PFL e o PMDB.

O Partido dos Trabalhadores irá discutir o assunto amanhã, mas os deputados já declararam as suas preferências. A deputada Benedita da Silva, que entusiasinou o plenário da Constituinte com a sua estréia na tribuna, quer participar da Comissão da Ordem Social. Outro deputado do PT que deverá integrar a comissão é o dirigente sindical Luiz Gushiken, de São Paulo.

O PDS também já fez as suas indicações. Como titulares, os constituintes Cunha Bueno, Wilma Maia, Osvaldo Bender e Adilson Motta. Para suplentes, Adauto Pereira, Davi Silva, Antonio Salim Curiani e Aécio Borba. Pelo PTB, deverão participar da Comissão de Ordem Social os constituintes José Elias Murad, Mendes Botelho e Francisco Rossi.

Sistema de Governo tem 2 candidatos

O senador José Fogaça (RS) e o deputado Egidio Ferreira Lima (PE), ambos do PMDB, são candidatos a relator de uma das comissões mais importantes da Constituinte: a de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Trata-se do grupo que definirá questões fundamentais para o processo político nacional mas que, estranhamente, é dos menos procurados por constituintes de todos os partidos. O

líder peemedebista Mário Covas, por exemplo, precisou fazer veemente apelo aos coordenadores de bancadas para preencher todas as vagas de que o seu partido dispõe naquela comissão.

Dividida em três subcomissões (do Poder Legislativo; do Poder Executivo; e do Poder Judiciário e Ministério Público), a comissão de Organização dos Poderes decidirá, entre outras questões, se o parlamentarismo será ou não instituído no Brasil. A ela também caberá fixar a duração do mandato do presidente José Sarney. Um dos candidatos a relator, o senador José Fogaça, defende um mandato de quatro anos e um parlamentarismo não-ortodoxo, testes que deseja ver previamente submetidas à convenção nacional de seu partido.

PODER EXECUTIVO

Das três subcomissões, a do Poder Executivo tem, até o momento, apenas um candidato conhecido: o pedetista Vivaldo Barbosa (RJ).

Ainda não há candidato conhecido para a subcomissão do Legislativo, mas é possível que ela termine ficando para quem for derrotado na disputa pela comissão de Organização dos Poderes: o deputado Egidio Ferreira Lima ou o senador José Fogaça.

A subcomissão do Poder Judiciário poderá ser ocupada pelo pedetista brasileiro Maurício Corrêa, ex-presidente da OAB/DF. Ele está pleiteando o cargo e tem boas chances de conseguir se tiver o apoio do partido (o PDT só terá direito a dois relatores e dois presidentes de subgrupos).

A subcomissão do Poder Judiciário terá como principal tarefa a agilização da Justiça brasileira, reconhecidamente lenta. Poderá conceder autonomia financeira ao Judiciário e criar pequenas instâncias para decisões mais rápidas. Outra ideia, defendida pelo senador José Fogaça, é a instituição de uma justiça agrária.

Territórios e DF podem ter eleição direta

Eleições diretas nos territórios e no Distrito Federal serão seguramente um dos temas da Comissão de Organização do Estado. Até o fim da tarde de ontem, o Distrito Federal tinha pelo menos um representante assegurado: o deputado Sigmaringa Seixas. Mas podia-se dar como praticamente certa a inclusão de seu colega Francisco Carneiro. O PMDB não quis divulgar a relação completa dos 13 nomes já definidos para esta comissão, informando apenas três — o senador José Richa e o

deputado Maurício Fruet, ambos do Paraná, além de Sigmaringa. Como faltavam 21 parlamentares para preencher as 34 vagas do partido, dificilmente a preferência de Carneiro deixará de ser atendida.

O PDT definirá sua relação em reunião hoje, às 18h, e o PFL negava-se a fazer indicações por continuar vendo frustrada sua pretensão de assumir a primeira vice-presidência da Constituinte. Surgindo estas definições, possivelmente o DF ganhe outros representantes na comissão. "Vou empunhar a bandeira da autonomia, defendida pela bancada eleita e por mais de 200 candidatos" disse Sigmaringa, descartando, porém, de sua parte, propostas como a criação de câmaras de vereadores e eleger prefeitos nas cidades-satélites. "Seria o empobrecimento", ponderou lembrando que a grande parte da já insuficiente arrecadação do DF provém do Plano Piloto, através do IPTU e do Imposto sobre Serviços.

Garantias do cidadão nem seduz grandes

Os dois grandes partidos — PMDB e PFL — ainda não definiram como vão participar da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, assim como de suas três subcomissões (da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e dos Direitos e Garantias Individuais), previstas no Regimento da Constituinte. Apenas o PT, o PDT, o PDS e o PTB já têm nomes de titulares e suplentes para essa Comissão. Mesmo assim é possível haver mudanças nos dois primeiros partidos. Ainda esta semana serão realizadas reuniões para decidir quem vai, definitivamente, para qual Comissão.

No PMDB, que tem direito a 34 vagas, ao que parece, a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher não despertou muito interesse. Segundo o deputado Miro Teixeira, ela é uma das comissões em que ainda há vagas, ao contrário de outras, nas quais sobram constituintes. "Qualquer definição só ocorrerá nos próximos dias. Vamos fazer um arranjo", disse.

No PFL, com 15 vagas, também já existe uma lista de constituintes para cada Comissão, mas o partido preferiu não divulgá-la, em função do impasse em torno da eleição da mesa da Constituinte. O líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço, é radical: "Se não houver acordo, não vamos indicar ninguém para participar das Comissões. O PMDB que in-

dique tudo", disse. Já o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, menos exaltado, garante que está à espera de um acordo para divulgar quem vai participar de qual Comissão. O senador, entretanto, revelou que há dois senadores que pleiteiam vagas na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

Educação se destaca entre muitos temas

Bastante diversificada, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia, Família, Menor e Idoso, está atraindo a atenção de um bom número de parlamentares. As 34 vagas destinadas ao PMDB foram preenchidas sem a necessidade de remanejamento com as demais comissões. O tema mais atraente deverá ser a educação, devendo provocar um acirrado confronto entre representantes de professores e proprietários de escolas particulares.

O PFL — segundo bancada da Constituinte — ainda não definiu a composição da chamada "Comissão de Educação", mas os demais partidos já fizeram suas indicações. O PDS terá Arnold Floravante (SP), Francisco Diógenes (AC), Aécio Borba (CE) e Antônio Curiani. O PDT indicou apenas um representante, Chico Humberto (MG), mesmo contando com uma bancada de 24 constituintes. Com uma bancada menor — apenas 14 constituintes — o PT indicou dois nomes para esta comissão: Olivio Dutra (RS) e Florestan Fernandes (SP). O PTB terá três deputados na comissão: José Elias Moreira (MS), Roberto Augusto Lopes (RO), e Solon dos Reis (SP).

Pelo menos nos pequenos e médios partidos, a comissão não conta com parlamentares de maior expressão, mas ainda falta a definição dos nomes do PMDB e do PFL. Um dos maiores destaques deverá ser o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), presidente do CPERS (Centro de Professores do Rio Grande do Sul) entre 75 e 79 e presidente da CPB (Confederação dos Professores do Brasil) de 79 a 85. Candidato à presidência da comissão, ele já prevê grandes debates entre seus integrantes, principalmente na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes.

O papel dos militares é tema polêmico

Voto distrital, liberdade partidária, salvaguardas, atribuições das Forças Armadas, questões para alterações na Constituição: estes temas deverão predominar nos debates da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições. Entre os candidatos à Comissão estão o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), coronel da reserva, e o deputado José Genoino (PT-SP), ex-guerrilheiro.

O vice-líder do PMDB, deputado Miro Teixeira (RJ), é candidato a relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, e defende a introdução do voto distrital misto, a independência financeira e administrativa da Justiça Eleitoral e ampla liberdade partidária.

Uma outra subcomissão tratará de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. E nela que se discutirá o papel das Forças Armadas, que, segundo Miro Teixeira, (...) deve se estender à ordem interna. — Não imagino as Forças Armadas se desgastando nessa atribuição de intervir na ordem interna, que é uma questão de polícia. Os militares devem defender o País de agressões externas, e podem ser chamados a socorrer as populações em situações de calamidade.

Acordo pode ser nas comissões

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Embora o PMDB não abra mão da 1ª vice-presidência da Constituinte, o PFL pode vir a receber como compensação mais alguns cargos nas comissões constitucionais, segundo revelou ontem o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique. O Senador Mário Covas também admitiu esta hipótese, mas afirmou que não pode negociar com quem está se recusando até a conversar.

A despeito da posição de Lourenço, que ameaça não participar da mesa nem das comissões se a 1ª vice ficar com o PMDB, vários peelistas afirmavam ontem que esta não é uma decisão definitiva. Um deles, o deputado José Sarney Filho, após longa reunião com o líder da Frente Liberal, afirmou que o assunto ainda será discutido internamente pela bancada, lembrando que em política "nada é irreversível".

Sarney Filho negou que esteja atuando como intermediário, em nome do pai, na tentativa de acordo entre o PMDB e o PFL. O governo, contudo, diante da ameaça pefelista de romper com a Aliança Democrática, utilizou-se ontem de diferentes recursos para tentar o acordo: além do filho do presidente, que agiu no âmbito do PFL, o deputado Prisco Viana, amigo de Sarney, participou de uma reunião com o deputado Ulysses Guimarães e o senador Mário

Covas, para discutir o assunto.

Para reforçar ainda mais a ideia de que o PFL será compensado com mais cargos nas comissões, o deputado Miro Teixeira, coordenador do assunto no PMDB, admitiu ontem que o seu partido terá presidentes em apenas quatro dos oito grupos temáticos e não cinco em que falava até a semana passada.

Durante o sábado e o domingo, o líder Mário Covas manteve sucessivas reuniões para definir a composição das comissões. Ontem encontrou-se com os coordenadores das bancadas estaduais do seu partido, para decidir critérios para a divisão dos cargos.

Segundo o senador Mário Covas, ainda não há nomes definidos para os 18 cargos a que o PMDB terá direito, entre presidentes, vice-presidentes e relatores das comissões temáticas. Nem mesmo o senador Severo Gomes, tido como indicação certa para relator da Comissão da Ordem Econômica. Assegurou o líder peemedebista na Constituinte que o preenchimento dos cargos ainda será objeto de negociações dentro da bancada.

Mas o fato é que o PMDB já escolheu as comissões temáticas para as quais pretende indicar relator: Ordem Econômica, Ordem Social, Educação e Organização dos Poderes, além da poderosa Comissão de Sistema-

tização. E fará o presidente das demais.

CANDIDATOS

Os futuros relatores e presidentes das comissões também já começam a aparecer. O senador Severo Gomes será mesmo relator do capítulo da Ordem Econômica, o segundo cargo mais importante em disputa. O primeiro e o de relator na Comissão de Sistematização, praticamente definido para o deputado Bernardo Cabral.

O deputado João Hermann deve ser relator da Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais, enquanto Miro Teixeira vai para a subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Para a Comissão de Educação, serão designados os deputados Arthur da Távola ou Hermes Zanetti, enquanto a subcomissão do Poder Judiciário deve ficar para o deputado Francisco Amaral.

Outros cargos praticamente definidos: o presidente da Comissão do Sistema Tributário deverá ser o deputado José Serra, ficando os deputados Hélio Duque, Dirceu Carneiro e Benedito Monteiro com as três subcomissões da Ordem Econômica. Cristina Tavares vai para o grupo que tratará da área de Ciência e Tecnologia e Euclides Scalco pode ser relator geral da Comissão de Ordem Social.

Ulysses quer manter a Aliança

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, entrou ontem em choque com o seu líder na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, ao afirmar que é importante o funcionamento da Aliança Democrática no trabalho de elaboração da nova Constituição brasileira.

Ulysses, nesse caso, está com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que também defende a manutenção da Aliança Democrática dentro da Assembleia Nacional Constituinte. Ele não se esquivou de afirmar que a preservação da Aliança na Constituinte é importante para o governo do presidente José Sarney.

E foi exatamente esse pensamento que moveu ontem peças fundamentais em torno do senador Mário Covas e do deputado José Lourenço, no sentido de evitar um rompimento entre o PMDB e o PFL.

comprometendo-se, especialmente na visão do Palácio do Planalto, o esquema de sustentação política do Governo.

A situação entre os líderes do PMDB e do PFL na Constituinte chegou a tal ponto que o deputado José Lourenço se recusou a atender um telefonema do senador Mário Covas e disse, publicamente, que "eu não tenho nada mais a conversar com ele".

José Lourenço acusou o PMDB de romper acordo já firmado, que lhes daria a 1ª vice-presidência da Constituinte, identificando como responsáveis pelo impasse os "marxistas do PMDB".

A resposta do senador Mário Covas apenas manteve o nível da discussão embora ele argumentasse que não queria discutir com o líder do PFL através da imprensa, mas pessoalmente: "Eu já escutei essa conversa antes — ela tem estado muito presente nos últimos 20 anos".

Foi para evitar essa inútil troca de farpas que o deputado Ulysses Guimarães reuniu-se ontem com o senador Mário Covas, que entrou no gabinete do presidente do PMDB acompanhado pelo deputado Prisco Viana, um espécie de porta-voz de Sarney junto ao Legislativo.

Ulysses concorda com Mário Covas, quando identifica na bancada do PMDB o desejo de ficar com a 1ª vice-presidência da Assembleia Nacional Constituinte, uma reivindicação do PFL.

Ulysses enfatizou a Mário Covas a importância de que não haja um rompimento irreversível entre o PMDB e o PFL, apesar de concordar que a 1ª vice-presidência da mesa da Constituinte deve ficar com o seu partido, mesmo porque se tiver que substituir o presidente José Sarney a presidência da Assembleia ficará com o Partido da Frente Liberal.